

SUMÁRIO

Art. 1º

► Execução fiscal	1
► Legislação de regência	1
► Aplicação subsidiária do CPC.....	1
► Relação de complementariedade entre o CPC e a LEF	2
► Aplicação do CPC na hipótese de existência de regra na LEF	2
► Créditos tributários e lei complementar.....	3
► Retrospectiva histórica da inter-relação entre a LEF e o CPC	4
► Dívida Ativa da Fazenda Pública	4
► Certidão de dívida ativa.....	5
► Fazenda Pública x Fazenda Nacional.....	5
► A pretensão executiva fiscal.....	7
► Evolução histórica do tratamento legal da cobrança dos créditos da Fazenda Pública	7
► Legitimidade ativa para propositura da execução fiscal.	9
► Correios (EBCT)	9
► FGTS e a celebração de convênios.....	9
▣ Natureza e destinação da multa.....	9
► Inconstitucionalidade formal de resolução do Senado que permite que os entes federativos transfiram a cobrança da dívida ativa a instituições financeiras.....	9
► Conselhos de Fiscalização Profissional.....	10
▣ Natureza jurídica e requisitos.....	10
▣ As anuidades devidas aos conselhos profissionais estão sujeitas a lançamento de ofício, que apenas se aperfeiçoa com a notificação do contribuinte para efetuar o pagamento do tributo e o esgotamento das instâncias administrativas, em caso de recurso.....	10
▣ Súmula 673 do STJ	11
► Condição de procedibilidade.....	11
► Alteração legislativa	11
▣ Aplicabilidade imediata às ações em curso	11
▣ Multa administrativa	12
▣ Termo <i>a quo</i> do prazo prescricional	12

■ A lei não exige que sejam executadas quatro [atualmente cinco] anuidades, mas, sim, o valor equivalente à soma de quatro [atualmente cinco] anuidades.....	13
■ O valor mínimo para execução fiscal é o valor de cinco vezes a anuidade máxima (teto previsto em lei), ainda que o referido conselho cobre anuidade em valor inferior.....	13
■ O art. 8º e as execuções fiscais propostas antes de sua vigência	14
■_Súmula 66 do STJ.....	14
■_Súmula 396 do STJ.....	14
■ Cancelamento do registro antes de atingido o patamar de anuidades	14
■ Inconstitucionalidade da lei que delega aos conselhos a competência para definir as anuidades sem parâmetro legal	15
■ Constitucionalidade da lei que estipula teto para as anuidades	15
■ Anotação de Responsabilidade Técnica e poder de polícia.....	16
▶ Impossibilidade de manejo de ação monitória.....	16
▶ OAB	17
■ A anuidade cobrada pela OAB não tem natureza jurídica tributária.....	17
■ O art. 8º da Lei nº 12.514/2011 e as anuidades da OAB	18
■_Jurisprudência em teses (STJ)	19
▶ Contradição aparente e questionamento do entendimento fixado	19
■ OAB não se sujeita à prestação de contas perante o Tribunal de Contas	19
■ É inconstitucional a suspensão realizada por conselho de fiscalização profissional do exercício laboral de seus inscritos por inadimplência de anuidades, pois a medida consiste em sanção política em matéria tributária	20
■ Imposto Territorial Rural (ITR).....	20
■_Súmula 139 do STJ.....	21
▶ Confederação Nacional da Agricultura (CNA)	21
■_Súmula 396 do STJ.....	21
▶ Empresas públicas e sociedades de economia mista	21
▶ Concessionárias de serviço público.....	22
▶ Órgão de representação judicial	22
• Execução fiscal referente à dívida ativa da União: PGFN.....	22
• Execução fiscal referente à dívida ativa de autarquias/fundações: PGF"	22
▶ Conselhos de Fiscalização Profissional.....	22
▶ Município resultante de desmembramento realizado em desacordo com o art. 18, § 4º, da CF/88 não detém legitimidade ativa para a cobrança de IPTU de imóvel situado em território a ele acrescido.....	22
▶ Legitimidade passiva.	23
▶ Multa ambiental.....	23
■_Súmula 623 do STJ.....	24
▶ Pessoas jurídicas de direito público.....	24
▶ Pessoas jurídicas vinculadas à Administração Indireta do ente exequente.....	26

► Empresas públicas, sociedades de economia mista e serviço social autônomo.....	26
▣ Impenhorabilidade dos bens afetados à prestação de serviços.....	26
► Estados estrangeiros.....	27
▣ Renúncia expressa à imunidade de execução.....	28
▣ Débitos de IPTU: execução fiscal pode ser ajuizada contra alienante por débitos anteriores à alienação.....	29
► Impossibilidade de manejo de demais meios coercitivos.....	30
▣ Inconstitucionalidade de lei que condiciona a emissão de notas fiscais à prestação de garantia.....	30
▣ Inconstitucionalidade da lei que vincula a prática de atos empresariais à quitação dos créditos tributários.....	30
► É constitucional a exigência do CTB de quitação dos tributos, encargos e multas para que os veículos possam circular.....	31
▣ Retenção da mercadoria importada até o pagamento dos direitos <i>antidumping</i> não viola e Súmula 323 do STF.....	31
▣ Havendo previsão no edital, a responsabilidade por débitos de IPTU posteriores à arrematação é do arrematante, ainda que postergada a respectiva imissão na posse.....	32
▣ Súmula 70 do STF.....	32
▣ Súmula 127 do STJ.....	32
▣ Súmula 323 do STF.....	32
▣ Súmula 547 do STF.....	32
► Manejo de medidas executivas atípicas.....	32
▣ Impossibilidade de aplicação de medidas executivas atípicas na execução fiscal: suspensão de CNH e passaporte.....	33
▣ Enunciado 48 da ENFAM.....	34
▣ Enunciado 12 do FPPC.....	34
▣ Enunciado 396 do FPPC.....	34
▣ Intervenção do Ministério Público.....	35
▣ Súmula 189 do STJ.....	36
► Intervenção fundamentada na defesa dos deveres institucionais do MP.....	36
► Enunciado nº 123 do FFPC.....	36
► Intervenção na hipótese de discussão da constitucionalidade de lei.....	37
► Obrigatoriedade de intervenção do MP na execução fiscal em face de Município revel.....	37

Art. 2º

► Dívida Ativa da Fazenda Pública: definição e hipóteses legais.....	38
► Definição da Lei nº 4.320/1964.....	39

• Dívida Ativa Tributária.....	39
• Dívida Ativa não Tributária.....	39
► Redefinição parcial do conceito.....	40
► Principais efeitos da inscrição em dívida ativa.....	40
► Estabelecimento de empresa que tenha CNPJ individual não tem direito a certidão negativa em seu nome, se houver pendências de outros estabelecimentos do mesmo grupo (matriz/filial).....	40
► Cessão de direitos de créditos tributários e não tributários a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela CVM..	43
► Benefícios previdenciários recebidos indevidamente.....	44
■ As inscrições em dívida ativa dos créditos referentes a benefícios previdenciários recebidos indevidamente antes da MP nº 780 são nulas, podendo ser reiniciadas se o crédito não estiver prescrito.....	45
► Créditos decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação trabalhista.....	46
► Multas impostas pelos Tribunais de Contas: execução comum.....	46
► Legitimidade para execução: próprio ente prejudicado.....	48
■ O Município prejudicado é que tem legitimidade para executar multa imposta pelo TCE agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.....	49
► Compete ao Estado-membro a execução de crédito decorrente de multas simples aplicadas pelos Tribunais de Contas estaduais a agentes públicos municipais.....	50
► Execução fiscal para cobrança de multas civis decorrentes de atos de improbidade.....	51
► Multa decorrente de condenação criminal transitada em julgado: MP e, subsidiariamente, Fazenda Pública.....	52
■ Súmula 521 do STJ, editada antes da decisão do STF.....	56
■ Inadimplemento da multa pecuniária e extinção da punibilidade do apenado.....	56
■ Legitimidade do MP para promover medida que garanta o pagamento de multa penal assecuratória.....	56
► Transmissão da dívida decorrente de condenação criminal aos herdeiros.....	57
► Foro competente para a cobrança da multa decorrente de condenação criminal.....	58
■ Inadimplemento e extinção da punibilidade.....	59
► Multa decorrente de condenação criminal: prescrição.....	60
► Multa punitiva.....	60
► Transmissão aos herdeiros e sucessores.....	61
► Multa punitiva e sucessão patrimonial.....	61

▣_Súmula 554 do STJ.....	64
▶ Multa por ato atentatório à dignidade da justiça.....	64
▶ A respeito da regra do art. 77, §§ 1º a 3º do CPC/2015	65
▶ Ato atentatório à dignidade da justiça praticado pelo próprio Estado	65
▶ Movimentações financeiras não informadas na declaração de imposto de renda	66
▶ Procedimento.....	66
▣_Súmula vinculante 24 do STF.....	67
▣ Tarifa de água	67
▶ Crédito constante em título judicial.....	67
▶ Condenações e multas do CADE.....	68
▶ Cédula de crédito rural	68
▣ Possibilidade de manejo da execução fiscal.....	70
▣ É inadmissível a penhora de bem já hipotecado por força de crédito rural, salvo, dentre outros, em face de execução fiscal	72
▣ Impossibilidade de ajuizamento de execução fiscal para cobrança de salário indevidamente recebido por servidor público	72
▶ Abrangência da dívida ativa	73
▶ Valor consolidado da dívida.....	74
▶ Cálculo dos acessórios.....	74
▣ Inexistência de prejuízo à liquidez da dívida ativa.....	74
▶ Acessórios: rol exemplificativo	75
▶ Juros de mora e atualização monetária	75
▶ Juros de mora nos créditos estaduais	77
▣_Súmula 27 do TJSP.....	77
▣_Súmula 19 do TJPE.....	78
▣_Súmula 4 do CARF.....	78
▶ Juros de mora e atualização monetária. Créditos não tributários federais	78
▶ Juros de mora e atualização monetária. Créditos do Banco Central.....	78
▶ Juros de mora e atualização monetária. Créditos não tributários dos demais entes	79
▣ Enunciado 20 do Conselho da Justiça Federal	81
▣_Enunciado 164 do Conselho da Justiça Federal_(III Jornada de Direito Civil) ...	81
▣ Alteração legislativa do art. 406, que resolve a problemática acima.....	82
▣ Incidência de juros sobre a multa de ofício.....	82
▶ Juros e multa de mora na execução contra a massa falida	84
▣ Taxa SELIC.....	84
▶ FGTS: créditos recolhidos, mas não depositados pelo empregador.....	85
▣_Súmula 459 do STJ.....	86

■ Súmula 249 do STJ.....	86
▶ Juros de mora e suspensão da exigibilidade do crédito.....	86
■ O depósito integral afasta a incidência de juros de mora no período.....	87
■ Súmula 5 do CARF.....	87
■ Súmula 405 do STF.....	88
▶ Cumulação de juros e multa de mora.....	88
■ Súmula 209 do extinto TFR.....	88
■ Encargos moratórios sobre créditos das autarquias devem incidir apenas sobre o débito, sem acréscimo de encargos.....	88
▶ Multa de ofício.....	89
▶ Incidência de juros de mora sobre multa de ofício.....	90
▶ Termo inicial.....	94
▶ Crédito tributário federal: juros e multa de mora.....	94
▶ Juros de mora.....	94
■ Taxa SELIC não é cumulável com outros índices.....	95
▶ Multa de mora nos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.....	95
■ A anistia prevista pela Lei nº 11.941/2009 pode ser aplicada também quando da conversão em renda do depósito judicial em ação judicial já transitada em julgado.....	95
▶ Demais encargos na dívida ativa da União.....	96
▶ Constitucionalidade do dispositivo.....	96
▶ Encargos legais englobam honorários advocatícios e custas processuais, não sendo possível condenação autônoma.....	97
■ O CPC não revogou o encargo do DL nº 1.025.....	98
▶ Redução do percentual.....	99
■ Súmula 168 do TFR (extinto Tribunal Federal de Recursos).....	100
▶ Execuções fiscais das autarquias.....	100
■ Execuções fiscais propostas contra pessoas jurídicas de direito público.....	100
■ O encargo pode ser exigido da massa falida.....	101
■ Súmula 400 do STJ.....	101
■ Natureza jurídica controvertida dos encargos legais do DL nº 1.025.....	101
■ “Crédito não tributário destinado à recomposição das despesas necessárias à arrecadação, à modernização e ao custeio” e “mero benefício remuneratório”.....	103
▶ Encargos legais.....	104
▶ INSS.....	104
▶ CVM.....	105
▶ INCRA.....	105
▶ FGTS.....	105

■ SUNAB.....	106
▶ Encargos legais e o regime específico de honorários advocatícios nas causas em que a Fazenda Pública for parte.....	106
▶ Quando não incluído como encargo na CDA, os honorários arbitrados no despacho do juiz devem observar o art. 827 do CPC e não o art. 85, § 3º do CPC	107
■ Desistência da execução fiscal e encargos de sucumbência	108
■ Súmula 153 do STJ.....	108
■ É constitucional, desde que observado o teto remuneratório, lei estadual que destina aos procuradores honorários na hipótese de quitação de dívida ativa em decorrência da utilização de meio alternativo de cobrança administrativa ou de protesto de título.....	108
▶ Inscrição em dívida ativa X constituição do crédito tributário.....	109
▶ Obrigação e crédito tributário: a linha divisória do lançamento	110
▶ Declaração do contribuinte, lançamento e inscrição em dívida ativa	110
■ Súmula 436 do STJ.....	112
▶ Confissão de dívida no documento que formalizar o cumprimento de obrigação acessória.....	112
■ Depósito judicial equivale ao lançamento por homologação: se a Fazenda aceita como integral o depósito, aquiesce com o valor apresentado pelo contribuinte.....	112
▶ Declaração apresentada após o transcurso do prazo decadencial: decadência do crédito tributário.....	113
▶ Prazo para constituição do crédito tributário: lançamento de ofício X lançamento por homologação.....	114
■ Súmula 555 do STJ.....	114
▶ Inscrição em dívida ativa pressupõe exaurimento do processo administrativo.....	115
▶ Lançamento tributário: ato administrativo.....	115
▶ Inscrição do crédito em dívida ativa: controle preventivo de legalidade.....	115
▶ O processo administrativo fiscal.....	117
▶ Suspensão do prazo prescricional: inaplicabilidade aos créditos tributários	118
▶ Dever de oportunização do pagamento voluntário antes da inscrição em dívida ativa.....	119
■ A entrega da DCTF constitui crédito tributário, que pode ser cobrado após a compensação ser considerada não declarada pela autoridade competente, sendo afastada, portanto, a decadência.....	119
▶ Competência da PGFN para apurar e inscrever créditos de natureza tributária em dívida ativa. Inaplicabilidade aos Estados e Municípios.....	119
▶ Créditos não-tributários e a competência da PGFN.....	120
▶ Créditos previdenciários	120

▶ Créditos constituídos pelo INSS em decorrência de benefício indevido ou a maior, <i>inclusive na hipótese de revogação de decisão judicial</i>	121
■ A reforma da decisão que antecipa os efeitos da tutela final obriga o autor da ação a devolver os valores dos benefícios previdenciários ou assistenciais recebidos, o que pode ser feito por meio de desconto em valor que não exceda 30% da importância de eventual benefício que ainda lhe estiver sendo pago	123
■ Desconto de até 30% do valor do benefício, ressalvada a hipótese de boa-fé objetiva	124
▶ Competência e validade da inscrição em dívida ativa	125
▶ Transferência dos créditos da Secretaria da Receita Federal para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para fins de inscrição e cobrança(...).....	126
▶ Inscrição de débitos de pequeno valor	127
▶ Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).....	127
▶ Advocacia-Geral da União (AGU).....	128
■ Não cabimento da extinção sem resolução do mérito no caso de execução fiscal de pequeno valor. Aquivamento.....	128
■ Requisitos para o arquivamento dos autos: requerimento do procurador e ausência de garantia	129
▶ Demais créditos	130
▶ Termo de Inscrição em Dívida Ativa.....	131
▶ Elementos essenciais	132
▶ Ausência de um dos elementos e nulidade do título.....	132
▶ Temperamento da exigência legal. Interpretação finalística.....	133
▶ Possibilidade de emenda da CDA. Possibilidade até decisão de primeira instância.....	133
▶ Instrução da petição inicial com demonstrativo de cálculo.....	134
■ Súmula 559 do STJ.....	134
■ Indicação do CPF e/ou RG na execução fiscal.....	134
■ Súmula 558 do STJ.....	134
■ Localização do executado: expedição de ofício à Receita Federal	135
▶ Desnecessidade de notificação do sujeito passivo da inscrição do crédito em dívida ativa.....	135
▶ Procedimento.Vale dizer que o procedimento que antecede a notificação do sujeito passivo da constituição do crédito tributário é realizado de modo inquisitivo, unilateralmente pela Fazenda Pública.....	135
▶ Inclusão do nome do devedor e corresponsáveis.....	135
■ STJ	136
▶ LEF	137
▶ CDA.	137

■ Deve ser assegurado aos potenciais legitimados passivos o exercício do contraditório e da ampla defesa	140
► Portaria PGFN nº 180/2010 e Portaria RFB nº 2.284/2010. Garantias do contraditório e da ampla defesa	141
■ Tributos lançados de ofício e ausência de processo administrativo	141
► CTN: exceções à independência da personalidade jurídica.....	141
► Dissolução irregular da sociedade empresária.....	142
■ Mera devolução de AR não cumprido não basta à caracterização de dissolução irregular.....	142
■ Súmula 430 do STJ.....	142
■ Súmula 435 do STJ.....	142
► Dissolução irregular da sociedade empresária e redirecionamento da execução fiscal: aplicabilidade a dívidas não tributárias	143
■ Prescrição da pretensão de redirecionamento: termo inicial	145
■ O tema 444/STJ pode ser aplicado também para outros responsáveis tributários.....	145
■ Dissolução irregular após a citação da empresa	146
■ Somente a dissolução irregular autoriza o imediato redirecionamento da execução para os sócios	148
■ O simples fechamento de filial de pessoa jurídica não basta para fundamentar a inclusão do sócio no polo passivo.....	148
■ Defensorias Públicas Estaduais como <i>amici curiae</i> no debate da questão do redirecionamento	148
► Redirecionamento da execução fiscal para sócio que não tinha poderes de gerência à época do fato gerador	149
■ O redirecionamento fundado na dissolução irregular não pode afetar sócio que não deu causa à dissolução.....	150
■ O redirecionamento fundado na dissolução irregular pode ser autorizado contra o sócio ou terceiro com poderes de administração na data em que configurada a dissolução, ainda que não tivesse tais poderes na época do fato gerador do tributo.....	151
■ Pode haver redirecionamento para empresa sucessora para crédito posterior à incorporação, mas ainda lançado no nome da sucedida, se a incorporação não foi oportunamente informada.....	152
■ Em se tratando de extinção regular de micro e pequenas empresas, é possível a responsabilização do sócio pelo inadimplemento, cabendo-lhes demonstrar a insuficiência do patrimônio quando da liquidação, para exoneração da responsabilidade pelos débitos.....	153
■ Sucessão empresarial e ineficácia da alienação: a decretação da ineficácia do negócio jurídico por parte do juízo falimentar não impede que o juízo da execução fiscal continue decidindo que houve responsabilidade tributária decorrente de sucessão empresarial	154

► Os atos ineficazes pela Lei de Falências não são nulos ou anuláveis, mas ineficazes perante a massa falida.....	154
■ A produção de efeitos de eventual alteração no contrato social em relação a terceiros pressupõe sua publicização por meio de registro, o que autoriza o redirecionamento da execução fiscal a sócio que se retirou da sociedade, mas ainda não havia registrado essa alteração.....	155
■ Não pode haver redirecionamento da execução fiscal de ofício.....	155
■ O redirecionamento não afasta a responsabilidade da pessoa jurídica.....	156
► Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Inaplicabilidade ao feito executivo fiscal.....	157
■_Enunciado nº 53 da ENFAM.....	160
■_Enunciado nº 6 do_Fórum de Execuções Fiscais da 2ª Região (FOREXEC).....	160
► Redirecionamento da execução fiscal e dispensa de instauração do incidente.....	161
■ Possibilidade de redirecionamento contra o sócio-gerente pela suposta prática de crime falimentar, mesmo sem o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.....	163
► Desconsideração da personalidade jurídica nas relações jurídicas regidas pelo Código Civil.....	164
► Prazo para o Fisco acionar os sócios. Prescrição.....	165
► Prescrição da pretensão de redirecionamento: termo <i>a quo</i>	165
► Protesto da CDA. Forma indireta de cobrança. Possibilidade.....	168
■ Execução fiscal não depende do protesto de CDA.....	176
■ É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio da eficiência. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção de providências. Tema 1184/STF.....	176
► Considerando o julgamento do RE nº 1.355.208, foi editada a Resolução Nº 547 de 22/02/2024 pelo CNJ.....	177
► Medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário: alterações na Resolução 547/2024.....	178
■ O protesto de CDA não depende de lei local que autorize essa modalidade de cobrança.....	178
► Inscrição do devedor nos órgãos de proteção de crédito.....	179
■ É possível utilizar o sistema Serasajud nos processos de Execução Fiscal.....	181
■ Não há necessidade de prévia inscrição em dívida ativa para inscrição do devedor em cadastro restritivo de crédito, mas deve a Administração Pública comprovar a dívida com documento idôneo.....	183
■ É constitucional a comunicação da inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres.....	183
► Compartilhamento de dados com a administração tributária.....	184

■ Não cabe a inscrição do Estado-membro em relação a pendências administrativas quando os débitos já foram submetidos ao pagamento por precatórios.....	185
▶ Vedação à adoção de sanções políticas para constranger o contribuinte ao pagamento de débitos tributários.....	185
■ Dano moral por execução fiscal indevida.....	186
■ No caso de execução fiscal indevida, o termo inicial dos juros de mora é a data do ajuizamento da primeira execução fiscal	186
▶ Elementos da Certidão de Dívida Ativa.....	186
▶ Preparação, numeração e subscrição do Termo de Inscrição. Processo manual, mecânico ou eletrônico	187
▶ Forma de materialização da inscrição	187
■ Impossibilidade de análise dos requisitos do título na instância extraordinária	187
▶ Matéria de ordem pública.....	188
■ A decretação da nulidade depende de prejuízo ao executado	189
▶ Possibilidade de emenda da CDA até a decisão de primeira instância	190
■ A decisão de primeira instância a que se refere o dispositivo é a sentença dos embargos à execução fiscal.....	190
▶ Execução fiscal não embargada	191
■ Desnecessidade de emenda no caso de alteração que demande apenas cálculos aritméticos	191
▶ Pagamento parcial seguido de emenda ou substituição não afeta a liquidez do título.....	192
▶ Vícios que autorizam a substituição.....	192
▶ Impossibilidade de emenda para alteração do polo passivo.....	194
■ Súmula 392 do STJ.....	195
■ Nulidade sanável. Dever de intimar a Fazenda antes da extinção do feito	195
■ Possibilidade de emenda no caso de falência da pessoa jurídica executada ...	196
▶ Falência decretada no curso da execução autoriza retificação da CDA.....	197
▶ Pretensão impugnatória parcialmente acolhida.....	198
▶ Falecimento do executado. Impossibilidade de alteração do polo passivo, até mesmo para inclusão do espólio, se a inscrição foi procedida no nome do <i>de cujus</i> após a sua morte.....	198
▶ Emenda da CDA e devolução do prazo para embargos	199
▶ Prazo para cobrança do crédito tributário: prescrição.....	199
■ Termo <i>a quo</i> : constituição definitiva do crédito tributário	200
▶ A geração do DCG Batch, apontando os débitos do contribuinte nascidos da divergência em realce, não implica novo lançamento tributário.....	201
■ A reclamação proposta contra o ato que exclui o contribuinte do programa de parcelamento não suspende a exigibilidade do crédito tributário.....	202

■ Exclusão formal do programa de parcelamento e prescrição. Momento em que nasce a pretensão de cobrança dos valores devidos.....	202
■ Necessidade de prévia intimação do contribuinte para que ocorra a exclusão do REFIS	203
■ Modulação de efeitos	204
▶ Exclusão do REFIS com base no recolhimento de valores insuficientes para amortizar a dívida: STF determinou a reinclusão no programa.....	204
▶ Demora da Fazenda em apreciar pedido de parcelamento e inércia em cobrar. Prescrição da pretensão	205
■ Pedido de parcelamento interrompe o prazo prescricional:	205
■ Súmula 653 do STJ.....	206
▶ Parcelamento de ofício NÃO interfere no prazo prescricional.....	206
▶ Prazo para cobrança do IPVA.....	207
▶ O prazo para cobrança do IPTU	208
▶ O lançamento se perfaz com a notificação, mas a pretensão de cobrança surge após ultrapassada a data de pagamento.....	209
■ Parcelamento do IPTU de ofício não suspende o prazo prescricional	209
■ Não incidência de IPTU sobre área de proteção ambiental integral	210
■_Súmula 397 do STJ.....	211
▶ Prazo para cobrança de contribuições previdenciárias. Art. 174 do CTN: 5 anos	211
■_Súmula Vinculante 8 do STF	211
■ Fato gerador ocorrido entre a EC 08/77 e a vigência da Lei nº 6.820/1980... ..	211
▶ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	212
■_Súmula nº 362 do TST.....	213
▶ Histórico da súmula: Redação original (Res. 90/1999, DJ 03, 06 e 08/09/1999).....	214
■_Súmula nº 210 do STJ.....	214
■ Prazo para cobrança de crédito rural.....	214
▶ Prescrição da multa administrativa	216
▶ Multas por infrações à legislação trabalhista.....	217
■_Súmula 467 do STJ.....	217
▶ Prescrição do exercício de ação punitiva pela Administração Federal.....	217
■ Termo inicial do prazo prescricional: data do vencimento da multa	218
■ Tarifas de água e esgoto: prazo do CC	219
■_Súmula 412 do STJ.....	219
▶ Receitas patrimoniais: taxa de ocupação, foro e laudêmio	219
■ Marco interruptivo da prescrição. Despacho que ordena a citação.....	222
■ Prazo prescricional da multa decorrente da comunicação extemporânea da transferência da titularidade do imóvel.....	222

► Multas penais.....	222
▣ Apesar do prazo prescricional ser o regido pelo Código Penal, inclusive quanto à prescrição intercorrente, aplicam-se as causas interruptivas disciplinadas no art. 174 do CTN.....	223
► Prazo para a constituição do crédito tributário: decadência	224
▣_Súmula 622 do STJ.....	224
▣ Constatado equívoco formal no lançamento, o prazo decadencial para novo lançamento inicia-se na data em que se tornar definitiva a decisão que anulou o primeiro lançamento.....	224
▣ Decadência: confissão de dívida para fins de parcelamento e constituição do crédito tributário	225
► Decadência: ausência de declaração de débito. Nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, a lei confere ao contribuinte o dever de calcular e declarar o tributo devido, antecipando o seu pagamento.....	225
▣_Súmula 555 do STJ.....	226
► Declaração desacompanhada de pagamento.....	226
▣_Súmula 436 do STJ.....	227

Art. 3º

► Dívida ativa: presunção relativa de certeza e liquidez.....	227
▣ Necessidade de prova robusta para desconstituir a presunção do título	228
▣ Prova negativa e <i>onus probandi</i>	228
▣ Prova testemunhal não desconstitui, por si só, a presunção do título.....	229
► Declaração de inconstitucionalidade e seus efeitos.....	229
► Excesso de execução e liquidez do título	231
▣ Quando os embargos à execução não versam sobre excesso de execução, mas sobre inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 917, I, do CPC/2015), mostra-se inaplicável o art. 917, § 4º, do CPC/2015...	232
► Pagamento parcial: anterior e posterior à inscrição.....	234
▣ O executado tem de comprovar o pagamento parcial feito antes da inscrição	234
► Pagamento integral antes do ajuizamento da execução fiscal.....	235
► Ação cautelar de caução prévia à execução fiscal não enseja condenação em honorários advocatícios	236

Art. 4º

► Sujeição passiva na execução fiscal.....	238
► Devedor.....	238
▣ Firma individual.....	238

▶ EIRELI.....	239
▶ Responsabilidade do fiador.....	240
■ A fiança prestada, por si só, é suficiente para caracterizar a responsabilidade	241
■ Não cabe exigir do fiador obrigação superior à do devedor principal	241
■ Falência do executado. Manutenção da garantia prestada.....	241
▶ Fiador judicial e o CPC/2015.....	242
▶ Fiança e outorga uxória	242
■ Dispensa de outorga no caso de união estável	242
■ Ausência de outorga uxória: nulidade integral da fiança	243
▶ Mitigação de regra geral: ninguém pode se beneficiar da própria torpeza ...	243
■ Legitimidade para arguir nulidade: cônjuge que não subscreveu ou seus herdeiros.....	244
■ Prorrogação do contrato e continuidade da garantia	244
▶ Espólio	244
■ Responsabilização direta dos herdeiros quando inexistir inventário ou quando houver sido concluída a partilha	245
▶ Redirecionamento da execução fiscal para o espólio	246
■ Súmula 392 do STJ.....	247
▶ Multas criminais e multas punitivas. (<i>ver art. 2º, § 1º</i>)	247
■ Até que o inventariante preste o devido compromisso, a representação do espólio far-se-á pelo administrador judicial	247
▶ Responsabilidade legal por dívidas tributárias e não-tributárias.....	247
▶ Responsabilidade do empregador pela retenção e recolhimento das contribuições previdenciárias.....	247
▶ Apropriação indébita previdenciária: elemento subjetivo	249
■ Princípio da insignificância	249
▶ Sucessão tributária e imunidade recíproca	249
▶ Responsabilização solidária de terceiros. Benefício de ordem.....	250
▶ Assunção de dívida de pessoas jurídicas vinculadas à Administração Indireta: edição de lei específica	250
▶ Responsabilidade do síndico, do liquidante, do inventariante e do administrador.....	251
▶ Concordata.....	251
▶ Inaplicabilidade da responsabilidade pessoal no caso de venda autorizada judicialmente	251
▶ Liquidação.....	252
▶ Aplicação de normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial à toda a Dívida Ativa da Fazenda Pública	252
▶ Dívidas tributárias: art. 134 do CTN.....	253

■ Venda por propostas e leilão público: responsabilidade pelo pagamento de tributos.....	254
▶ Benefício de ordem.....	254
■ Compete ao juízo especializado da recuperação a análise e decisão de manutenção ou substituição de atos constritivos determinados na execução.....	255
■ Compete ao Juízo da Execução Fiscal determinar os atos de constrição e ao Juízo da Recuperação Judicial exercer juízo de controle e deliberar sobre eventual substituição, mas, não, levantar a penhora – que é de competência do Juízo da Execução Fiscal.....	255
▶ Ordem de preferência dos créditos: aplicação do CTN.....	256
■ Na fila de pagamentos da massa falida, o DL ocupa a mesma posição dos créditos tributários, mesmo sem ter natureza tributária.....	257
■ Concurso de credores: o crédito tributário tem preferência sobre o produto da arrematação do bem ocorrido em outro processo de execução, ainda que ainda não tenha havido penhora na execução fiscal.....	257

Art. 5º

▶ Competência para processar e julgar as execuções fiscais.....	258
▶ Competência absoluta.....	259
▶ Falência. Dívida Ativa não se sujeita a concurso de credores.....	259
▶ Execução fiscal anterior à falência, com penhora realizada antes desta: os bens penhorados não ficam sujeitos à arrecadação no juízo falimentar.....	259
■ Possibilidade da Fazenda Pública habilitar em processo de falência crédito objeto de execução fiscal em curso.....	259
■ Prerrogativa do Poder Público de optar entre ajuizar execução fiscal ou se habilitar no processo de falência.....	261
■ Competência territorial: a execução fiscal não precisa ser proposta no foro do juízo falimentar.....	261
▶ Justiça competente.....	261
▶ Conselhos de fiscalização profissional. Justiça Federal.....	262
■ Súmula nº 66 do STJ.....	262
▶ Multas impostas pelo Ministério do Trabalho. Justiça do Trabalho.....	262
▶ Multas impostas pela Justiça Eleitoral. Justiça Eleitoral.....	262
■ Súmula nº 374 do STJ.....	263
▶ Organismos internacionais e Estados estrangeiros. Competência do STF.....	263
▶ Contribuições ao FGTS.....	263
■ Súmula 349 do STJ.....	263
▶ Conexão e continência.....	263
▶ Possibilidade de reunião de feitos. Competência do juízo da primeira distribuição.....	264

► Competência: ação anulatória ajuizada <i>antes</i> da execução fiscal	265
► Apenas no momento em que ajuizada a execução fiscal é que a competência absoluta do juízo da execução determina a reunião dos feitos	266
► Síntese	267
► Competência territorial	268
► Descompasso entre a previsão do art. 46, § 5º e a realidade da advocacia pública brasileira	268
► Competência territorial: a competência insculpida no art. 46, § 5º do CPC é relativa	269
► Mudança de domicílio do executado não desloca a competência	270
■ Súmula 58 do STJ	270
► Competência da Justiça Federal delegada à Justiça Estadual	270
► Alteração elogiada pela doutrina	270
■ Execuções propostas antes da alteração legal	271
■ O art. 109, § 3º, da CFRB, com a redação da EC nº 103/2019, não afastou essa regra, devendo permanecer na Justiça Estadual as execuções fiscais ajuizadas antes da vigência da referida lei	272
► Competência funcional	272

Art. 6º

► Requisitos da petição inicial	273
► Petição inicial: desnecessidade de identificação na petição inicial dos nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu... ..	273
■ Sendo o espólio representado pelo inventariante ou pelo administrador provisório, não está a Fazenda Pública desobrigada de identificar o representante legal na inicial da execução fiscal	275
► Requerimento de produção de provas pela Fazenda Pública	275
► Produção de provas pelo devedor	275
■ O mesmo Procurador da Fazenda Nacional pode emitir a CDA e atuar na execução fiscal deste débito	276
► Valor da causa: valor constante na CDA, acrescido dos respectivos encargos legais	277
■ Valor da causa nos embargos de terceiro: valor do bem penhorado	277
► Averbação premonitória	277
► Medida facultativa que gera presunção absoluta	278
■ Súmula 375 do STJ	279
► Súmula 375 do STJ e o CPC/2015	279
► Bens não sujeitos a registro	279

Art. 7º

► Indeferimento da petição inicial	280
▣ Em execução fiscal, descabe indeferir a inicial, em razão da falta de indicação do CPF ou RG do executado.....	281
► O arresto como medida substitutiva da penhora.....	282
► Possibilidade de arresto antes mesmo da citação.....	282
▣ O registro da penhora ou arresto, independentemente do pagamento de custas e outras despesas	285
▣ A isenção abrange apenas as custas efetivamente estatais.....	285
▣ Parcelamento e manutenção do bloqueio de ativos via BACENJUD).....	286
▣ Resumo	287

Art. 8º

► Formas de citação na execução fiscal	287
▣ Citação por edital: cabível, após frustradas as demais modalidades.....	288
▣ Súmula 414 do STJ.....	289
► Na execução fiscal, a citação por edital não depende de arresto prévio	289
► Revelia e nomeação de curador especial.....	289
▣ Súmula 196 do STJ.....	289
► Citação postal: presunção de efetiva citação com a entrega do mandado no domicílio do executado, não havendo necessidade de que o AR seja assinado pelo próprio executado	289
▣ Súmula 429 do STJ.....	290
▣ A Fazenda exequente não precisa adiantar o pagamento das despesas com a citação postal.....	290
► Posturas do executado	291
► Prazo para pagamento	291
► Redução dos honorários advocatícios	292
► Os encargos legais do Decreto-Lei nº 1.025/1969	292
► Abrangência da norma: autonomia dos entes federados e aplicabilidade às execuções estaduais e municipais	293
► Parcelamento	293
► Pedido de parcelamento e oposição de embargos: comportamento contraditório.....	293
► Direito potestativo do executado.....	294
▣ Parcelamento tributário	294
► O contribuinte pode parcelar débitos isoladamente, ainda que digam respeito à mesma CDA.....	294

■ O parcelamento tributário pleiteado por um dos devedores solidários não implica renúncia à solidariedade em relação aos demais coobrigados.....	295
■ Em regra, o estabelecimento de valor máximo (teto) para formalização e adesão ao parcelamento simplificado pode ser feito por atos normativos infralegais, seja da Receita Federal ou da PGFN, sem ofensa ao princípio da legalidade.....	297
■ O pagamento de honorários advocatícios em programa de adesão à parcelamento afasta o pagamento de honorários sucumbenciais na execução fiscal	297
▶ Citação do executado ausente do país.....	298
▶ Interrupção da prescrição pelo despacho que ordenar a citação.....	298
□ CTN.....	299
■ Processos nos quais o despacho citatório ocorra na vigência da LC 118/2005: aplicabilidade imediata da interrupção da prescrição.....	301
■ Execução fiscal não tributária: interrupção da prescrição com o despacho que ordenar a citação	302
■ Execução fiscal tributária.....	302
■ A demora na citação, por motivo inerente ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.....	305
■ Súmula 106 do STJ.....	305
■ O despacho do juiz em execução fiscal proposta em face do contribuinte, mas com base em CDA de contribuinte diverso, por equívoco, não tem o condão de interromper o prazo prescricional	305

Art. 9º

▶ Garantia da execução e discussão da dívida	307
▶ Oferta antecipada de garantia	307
■ Caução ofertada antes da propositura da execução fiscal.....	308
■ Fisco não pode recusar caução de imóvel cujo valor supera o da dívida tributária	309
▶ Fiança	309
▶ CPC/1973	309
▶ Lei nº 13.043/2014	310
▶ CPC/2015	310
▶ Cenário atual	311
▶ Substituição da penhora	311
■ Possibilidade de substituição da carta de fiança pelo seguro garantia.....	313
■ O prazo para oposição de embargos à execução inicia-se com a intimação do executado do aceite do seguro garantia pelo juízo	313
▶ Substituição da carta de fiança bancária por seguro garantia não demanda o acréscimo de 30% sobre o valor do débito.....	313

■ Fiança bancária e suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	314
■_Súmula 112 do STJ.....	316
■ Crédito <i>não-tributário</i> : possibilidade de suspensão da exigibilidade mediante a apresentação de fiança bancária ou de seguro garantia judicial, desde que não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de 30%.....	316
■ Fiança bancária e certidão positiva com efeitos de negativa.....	319
▶ Seguro-garantia judicial: equiparação.....	319
▶ Regulamentação do seguro-garantia no âmbito federal.....	322
■ Seguro-garantia ou carta de fiança com prazo determinado não garante a execução fiscal.....	322
■ A Fazenda Pública não tem de ressarcir os valores gastos com seguro garantia.....	323
■ Liquidação da carta-fiança e do seguro-garantia na execução fiscal condicionada ao trânsito em julgado	323
■ Substituição da penhora. Inexistência de limitação quantitativa	324
■ A garantia da Execução Fiscal por fiança bancária ou seguro garantia não pode ser feita exclusivamente por conveniência do devedor, sendo legítima a recusa pela Fazenda Pública	325
▶ Acesso do fisco ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS).....	325
▶ Dever do executado de nomear bens à penhora.....	327
■ Caráter relativo da ordem de preferência da penhora, que deve ser sopesada com o princípio da menor onerosidade.....	329
▶ Nomeação de bens de terceiros à penhora, desde que aceitos pela Fazenda Pública	329
■ Necessidade de anuência do terceiro proprietário do bem oferecido.....	329
■ Necessidade de anuência da Fazenda Pública.....	329
■ Necessidade de consentimento do cônjuge: apenas no caso de bem imóvel	330
▶ Exigência de consentimento do cônjuge para a indicação/oferecimento de bem imóvel à penhora	330
▶ Empresário pode alienar ou gravar imóveis da empresa com ônus real, sem necessidade de outorga conjugal	331
■ Depósito judicial: somente o depósito em dinheiro faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora	331
■_Súmula nº 112 do STJ.....	331
▶ Depósito integral: abrange os juros e correção que precedem o depósito....	331
■ As exigências para o depósito são aquelas da data do ajuizamento da execução fiscal	332
▶ Parcela incontroversa e discussão do saldo devedor: possibilidade de pagamento parcial.....	333
▶ Pagamento parcial não suspende a exigibilidade do crédito	333

- ▶ O seguro-garantia e a carta de fiança não podem ser executados antes do trânsito em julgado do processo 333
- ▶ Portaria PGFN nº 164/2014 considerava ocorrido o sinistro quando não havia pagamento pelo tomador, quando determinado pelo juiz, independente do trânsito em julgado, após o recebimento dos embargos à execução ou da apelação sem efeito suspensivo 334
- STJ, antes da edição da Lei nº 14.689/2023: é possível a liquidação antecipada do seguro-garantia, mediante depósito judicial da quantia, mas o valor deverá ficar depositado em juízo até o trânsito em julgado 334
- ▶ Por se tratar de regra processual, a regra se aplica imediatamente, inclusive às execuções em curso 335
- A antecipação da resolução do contrato de seguro garantia afronta o princípio da menor onerosidade, sem, contudo, dar mais efetividade à execução. 335

Art. 10

- ▶ Penhora: apenas após a citação do executado 336
- ▶ Objeto: qualquer bem, exceto aqueles que a lei declare absolutamente impenhoráveis 336
- Validade da penhora de bens de pessoa jurídica de direito privado, sucedida pela União 337
- ▶ Impenhorabilidade do bem de família 337
- ▶ Alcance subjetivo da impenhorabilidade do bem de família: família monoparental, união estável, união homoafetiva, irmãos e até mesmo solteiros 338
- Súmula 364 do STJ 338
- ▶ Alcance objetivo da impenhorabilidade do bem de família: imóvel residencial e bens móveis, *desde que* não tenham caráter suntuoso 338
- Súmula 486 do STJ 339
- Súmula 449 do STJ 339
- Impenhorabilidade do bem de família: não é necessário que a família resida no imóvel de sua propriedade para que a proteção alcance o bem 339
- Impenhorabilidade do bem de família: a obra inacabada pode ser protegida como bem de família, ficando excluído da constrição judicial 340
- Impenhorabilidade do bem de família em construção: devem ser analisados os demais requisitos legais da proteção, inclusive se a dívida é decorrente de obrigação afeta à própria construção 340
- A proteção abrange o bem como um todo, independentemente da residência de coproprietários 341
- ▶ Possibilidade de se conferir a proteção do bem de família a imóvel em nome da pessoa jurídica, mas utilizado como moradia do sócio 341
- ▶ Havendo mais de um imóvel destinado à residência, será impenhorável o de menor valor, salvo a instituição voluntária do bem de família 342

■ A alienação de imóvel que sirva de residência do executado e de sua família após a constituição do crédito tributário não afasta a cláusula de impenhorabilidade do bem.....	343
■ Possibilidade de averbação de protesto contra alienação na matrícula de imóvel considerado bem de família	343
□ A transmissão hereditária, por si só, não tem o condão de afastar a proteção do bem de família	344
► Exceções à impenhorabilidade do bem de família.....	345
■ Para que seja excepcionada a proteção do bem de família, as dívidas tributárias têm de ser oriundas do próprio imóvel.....	345
■ Não é possível se rediscutir, em embargos de terceiros opostos pelo filho da executada, a (im)penhorabilidade de bem de família já analisada em exceção de pré-executividade ajuizada pela executada.....	346
► Má-fé. Executado que adquire imóvel mais valioso como bem de família	347
■ Impenhorabilidade do bem de família: o executado não pode, espontaneamente, abrir mão da proteção legal.....	347
■ Bem de família adquirido no curso de demanda executiva também é impenhorável, salvo má-fé.....	348
■ Indicação de bem de família à penhora e posterior alegação da impenhorabilidade: ato atentatório à dignidade da justiça.....	348
■ A ausência de registro da hipoteca não pode ser utilizada como argumento pelo devedor para afastar a exceção legal e evitar a penhora do bem de família	349
■ Penhorabilidade do bem de família oferecido em garantia hipotecária pelos únicos sócios da pessoa jurídica devedora.....	349
■ Só pode ser excepcionada a proteção no caso de instituição de hipoteca sobre o bem de família se a dívida beneficiar a entidade familiar.....	349
■ Penhorabilidade do bem de família do fiador nos contratos de locação comercial.....	351
■ O parâmetro crucial para discernir se há ou não fraude à execução é a ocorrência de alteração na destinação do imóvel	351
■ Impenhorabilidade do imóvel rural	353
► Módulo fiscal	353
► Impenhorabilidade do imóvel rural: ônus da prova.....	354
► Pensão alimentícia. Impenhorabilidade e exceções.....	357
► Impenhorabilidade de honorários advocatícios.....	357
■ Penhora de valores recebidos por anistiado político.....	358
► Indisponibilidade de bens e direitos: dívida tributária.....	358
■ A indisponibilidade de bens e direitos depende do cumprimento de requisitos	359
■_Súmula 560 do STJ.....	360

- Havendo fraude, é possível que, na medida cautelar, seja decretada a indisponibilidade de bens de participantes do ilícito que não integram a execução fiscal..... 360
- Havendo fraude, a indisponibilidade de bens na medida cautelar não encontra limite no ativo permanente 361
- Defesa do executado pode ser feita de modo incidental 361

Art. 11

- Ordem de preferência: a penhora de dinheiro 361
- A ordem de preferência não tem caráter absoluto 361
- _Súmula 417_do STJ..... 363
- A ordem legal de penhora é estabelecida em favor do credor: não cabe inversão com base na mera invocação do princípio da menor onerosidade..... 363
- Ordem de preferência da penhora: não cabe ao magistrado recusar a constrição de bens com fundamento na potencial iliquidez dos bens 366
- Penhora *on-line*: BacenJud 366
- Penhora *on-line*: impossibilidade de determinação antes da citação válida.....366
- Penhora *on-line*: desnecessidade de esgotamento das demais vias 367
- Penhora *on-line*: exigência de requerimento expresso do exequente 370
- Penhora *on-line*: penhora de conta bancária conjunta..... 370
- Penhora *on-line*: a manutenção do bloqueio dos ativos após o parcelamento constitui dupla oneração ao contribuinte..... 371
- Penhora *on-line*: se o executado consegue identificar os detalhes da operação e foi intimado para se defender, não é necessária a lavratura do termo de penhora *on-line* 371
- Penhora *on-line*: impugnação do executado ao bloqueio de ativos financeiros 372
- Penhora *on-line* e quebra de sigilo fiscal ou bancário 373
- A impenhorabilidade das quantias inferiores a 40 salários-mínimos não pode ser reconhecida de ofício..... 374
- Constrição judicial sobre ganhos do executado e penhora sobre faturamento: medida excepcional..... 375
- A penhora de cotas de fundo de investimento não equivale à penhora em dinheiro em depósito ou aplicação financeira 375
- Penhora *on-line*: é possível o uso da ferramenta denominada teimosinha, que é a reiteração automática e programada de ordens de bloqueio de valores, para pesquisa e bloqueio de bens do devedor..... 376
- Penhora de títulos da dívida pública e títulos de crédito com cotação em bolsa 376

■ Título da dívida pública sem cotação em bolsa: enquadramento no inciso VIII do art. 11 da LEF (“direitos e ações”) e não no inciso II.....	376
► Debêntures. As debêntures são títulos executivos extrajudiciais, emitidas por sociedades de ações, que representam a fração do mútuo tomado pela companhia emitente.....	377
■ Debêntures da Eletrobrás.....	377
■ Títulos da dívida agrária.....	378
► Penhora de pedras e metais preciosos.....	378
■ Penhora de pedras preciosas tem se revelado de difícil consecução prática, de modo que se admite a recusa do bem.....	379
■ É legítima a recusa quando não houver laudo atestando sua procedência e valor estimado.....	379
■ O depósito dos bens é feito junto à Caixa Econômica Federal (CEF).....	380
► Penhora de veículo.....	380
■ Penhora de veículo: a restrição de circulação e licenciamento não é automática com a penhora.....	381
■ O veículo não pode ser penhorado por dívida do devedor fiduciário.....	381
■_Súmula 242 do extinto TFR.....	381
■ O impedimento de penhora do bem do devedor fiduciário pressupõe alienação eficaz, requisito inexistente quando verificada fraude à execução.....	382
■ Penhora de veículo: possibilidade de nova tentativa de restrição.....	382
► Penhora sobre os direitos e ações de bem alienado fiduciariamente.....	382
■ Debêntures.....	383
■ Debêntures não se confundem com títulos ao portador, emitidos pela Eletrobrás.....	383
► Penhora de precatórios.....	384
► Precatório: ordem judicial dirigida à Fazenda Pública em virtude de condenação transitada em julgado.....	384
■ Possibilidade de nomeação à penhora de crédito representado em precatório.....	384
► A penhora de precatório equivale à penhora de crédito, e não de dinheiro: Fazenda pode recusar a substituição.....	384
► Precatório objeto de cessão de crédito: possibilidade de oferecimento em execução.....	385
■ Precatório com exigibilidade suspensa. Impossibilidade de oferecimento como garantia, em razão da falta de liquidez do título.....	386
► Condições para que o credor possa anuir com a nomeação do precatório..	387
■ Compensação depende de autorização em lei específica.....	389
■ Lei autorizativa da compensação deve ser editada no âmbito de cada ente federativo.....	389

■ A autorização para a compensação integra a esfera de discricionariedade da Administração Pública de cada ente, não cabendo ao Judiciário interferir nesta decisão	390
▶ Não pagamento dos precatórios alimentícios e o sequestro de rendas. Inaplicabilidade	395
▶ O STF não pode atuar como legislador positivo: impossibilidade de alterar o sentido inequívoco da norma	396
■ MC na ADI nº 2.356: suspensão da execução do art. 2º da EC nº 30/2000...	402
■ Súmula 406 do STJ	404
■ Inconstitucionalidade dos parágrafos 9º e 10 do art. 100 da CFRB, inseridos pela EC nº 62/09: a compensação dos débitos da Fazenda Pública inscritos em precatórios viola o texto constitucional	405
■ A declaração de inconstitucionalidade do regime previsto no art. 78 do ADCT torna superada a discussão sobre a possibilidade de compensação de precatórios de natureza alimentar com débito tributário	406
■ As regras especiais trazidas pela EC 62/2009 são aplicáveis aos precatórios já expedidos antes de sua promulgação	407
▶ Alteração da data para inscrição dos precatórios.	408
▶ EC 136/2025: altera regras para o pagamento de precatórios no Brasil	408
▶ “Retrocesso”: a emenda compromete a segurança jurídica e separação dos poderes	408
■ Durante o “período de graça” (art. 100, § 5º, CF/1988) não incide a taxa Selic sobre os valores inscritos em precatório	409
▶ Constrição sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, plantações ou edifícios em construção	410
■ Súmula 430 do STJ	410
■ É admitida a penhora do estabelecimento comercial, quando inexistentes outros bens passíveis de penhora e desde que não seja utilizado como residência da família	410
■ A penhora de mercadorias do estoque não se equipara com a penhora sobre o estabelecimento comercial	412
■ É considerada “constrição sobre estabelecimento” a penhora de dinheiro estabelecida sobre percentual do movimento de caixa da empresa executada.	412
■ É possível a penhora de faturamento mesmo sem que tenha havido o esgotamento das diligências	412
■ A constrição sobre o faturamento deve ser fixada sobre um percentual razoável, e não sobre todo o produto da atividade	414
■ Súmula 100 do TJRJ	415
▶ Múltiplas execuções: penhora do faturamento deve considerar demais constrições já efetuadas	415
▶ Conversão da penhora em depósito	415
▶ Remoção do bem penhorado para depósito judicial	416

■ A remoção de bem para depósito judicial depende da aferição, a cada caso, da conveniência ou não da medida, que não se submete ao exclusivo crivo do exequente.....	416
▶ Depositário judicial. Responsabilidade pela guarda e conservação dos bens.....	416
■ Depositário judicial que vende bens não pratica peculato	417
▶ A ilicitude da prisão do depositário infiel.....	417
■ É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito	418
■ É inconstitucional a Lei nº 8.866/94, que estabelece a possibilidade de prisão do depositário infiel de débitos tributários.....	418
■ Súmula vinculante nº 25 do STF.....	418

Art. 12

■ Intimação do executado da penhora: termo inicial do prazo para oposição de embargos à execução	418
■ O termo inicial para a oposição de embargos é a data da efetiva intimação da penhora, e não a da juntada dos autos do mandado cumprido.....	419
▶ Intimação da penhora mediante publicação no órgão oficial: diminuta aplicabilidade prática.....	419
▶ Intimação pessoal do executado.....	419
■ A intimação pessoal do devedor dispensa a publicação prevista no <i>caput</i> do artigo 12.....	420
■ Súmula 190 do extinto TFR.....	420
▶ O mandado de intimação deve indicar expressamente o prazo para interposição de embargos a execução fiscal	420
▶ Comparecimento espontâneo do executado nos autos do processo executivo.....	421
■ Irregularidades na intimação	421
▶ Necessidade de intimação do cônjuge no caso de penhora sobre bem imóvel: regra deve ser interpretada à luz do Direito de Família.....	422
▶ A regra apenas se justifica quando o cônjuge tenha, de fato, direito patrimonial a defender.....	422
■ Desnecessidade de autorização ou participação do cônjuge nos embargos à execução.....	423
▶ A execução fiscal e os bens do cônjuge.....	423
■ Súmula 251 do STJ.....	423
■ Súmula 134 do STJ.....	423
■ Possibilidade de penhora de um bem do casal por dívida de um dos cônjuges, desde que respeitada a meação.....	423
■ A reserva da meação deve ser feita em cada bem, quando possível.....	423

- ▶ Tratando-se de bem indivisível, a quota-parte do cônjuge será descontada do produto da alienação 424
- Súmula nº 134 do STJ 425
- ▶ Ausência de assinatura do executado ou de seu representante no AR da citação enviada pelo correio torna necessária sua citação pessoal 425

Art. 13

- ▶ Avaliação do bem penhorado: oficial de justiça ou perito 426
- ▶ Não é feliz a opção político-legislativa de se atribuir a avaliação dos bens constritos ao oficial de justiça 426
- ▶ O órgão judiciário não fica vinculado ao valor apresentado pelo oficial de justiça 427
- ▶ Impugnação da avaliação 427
- A impugnação, principalmente quando o feito executivo se encontra em fase de expropriação forçada de bens, necessita estar amparada em situação concreta apta a invalidar a avaliação realizada por oficial de justiça 427
- O juiz não pode recusar o pedido concernente à nova avaliação do bem, nos moldes previstos pelo § 1º do artigo 13 da LEF 428
- O Juiz deve determinar, inclusive de ofício, uma nova avaliação do bem sempre que as circunstâncias do caso assim o recomendarem, pois é imprescindível que se proceda à escorreita avaliação dos bens constritos 428
- ▶ Termo de penhora X Auto de penhora 429
- ▶ Oportunização de manifestação das partes, após apresentado o laudo de avaliação 430

Art. 14

- ▶ Registro da penhora ou arresto 430
- O registro da penhora não é condição de validade, mas da eficácia *erga omnes* 430
- O registro gera presunção absoluta 431
- Somente a alienação posterior ao registro caracteriza fraude à execução 431
- Não incide a Súmula nº 375/STJ em sede de Execução Fiscal, de modo que se presume fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas pelo sujeito passivo inscrito em dívida ativa, sem a reserva de meios para a quitação do débito (presunção absoluta) 432
- Súmula 375 do STJ 433

Art. 15

- ▶ Substituição da penhora 433

■ A substituição da penhora por dinheiro ou fiança bancária é direito do devedor	434
■ A Fazenda Pública não tem direito de substituir a fiança bancária por penhora de depósito de quantia destinada à distribuição de lucros dos acionistas da empresa devedora, <i>exceto</i> se a fiança se revelar garantia inidônea	434
► Princípio da menor onerosidade	435
■ Para que o princípio da menor onerosidade tenha aplicação deve haver alternativas	436
► Reforço da penhora insuficiente	436
■ A ausência de nova avaliação não obsta o reforço da penhora, se já for possível aferir a insuficiência	436
■ A penhora insuficiente impede a obtenção de certidão negativa	436
► Penhora e posterior adesão a programa de parcelamento fiscal	437
■ A penhora só pode ser mantida quando for anterior à suspensão de exigibilidade do crédito	438
► É constitucional a distinção entre débitos não garantidos e débitos cuja execução fiscal já tenha sido ajuizada	438

Art. 16

► Natureza jurídica dos embargos à execução: ação autônoma de impugnação	439
► Embargos à execução e garantia do juízo	439
► Competência para processamento e julgamento dos embargos	439
► A defesa	439
► Valor da causa	440
■ Ausência do valor da causa e indeferimento da inicial	440
■ O ajuizamento de novos embargos, mesmo ante a desistência dos primeiros antes da citação, enseja a cobrança de novas custas processuais	440
► Prazo para oposição dos embargos à execução fiscal: 30 dias <i>úteis</i>	440
■ Enunciado nº 23 do FONEF (Fórum Nacional de Execução Fiscal)	441
► Termo inicial: depósito, juntada da prova da fiança bancária ou intimação da penhora	441
■ Quando a garantia é expressamente dispensada, o prazo para embargos tem início na data de intimação da decisão que dispensou a apresentação da garantia	441
■ Recomenda-se a lavratura do termo de penhora, ainda que garantida a execução por depósito ou fiança bancária, caso em que, como regra geral, o prazo para oposição dos embargos terá início com a intimação do devedor do termo	441

■ O prazo para a oposição de embargos, na execução fiscal, é contado da intimação pessoal da penhora, e não da juntada aos autos do mandado que a instrumentaliza, como ocorre no regime da lei processual civil.....	443
■ Havendo mais de uma penhora nos autos, o marco inicial para a oposição dos embargos será a intimação ao devedor da primeira das constringências estabelecidas, pois os embargos não têm por objeto o ato construtivo, mas a própria execução	443
▶ Efeito suspensivo	443
▶ Se a penhora for de dinheiro, deve haver efeito suspensivo automático.....	445
▶ Quando se chega à fase satisfativa da execução, os embargos têm efeito suspensivo automático.....	445
■ Possibilidade de interposição de agravo de instrumento contra decisão que indeferiu o pedido de concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução	445
■ Formação dos autos dos embargos: ação autônoma, autuada em apenso	446
▶ Aplicação da multa por embargos protelatórios.....	447
■ Efeito suspensivo dos recursos e execução provisória.....	448
■ Súmula 317 do STJ.....	448
■ Na condenação em honorários sucumbenciais, o art. 85, § 3º, do CPC/2015 deve ser aplicado também quando a Fazenda Pública for vencedora.....	449
■ A verba de sucumbência decorrente do juízo de procedência dos embargos à execução fiscal é autônoma em relação àquela devida em face da consequente extinção do feito executivo	449
▶ A exigência de garantia do juízo: divergência doutrinária	450
■ STJ: É necessária a garantia do juízo para a apresentação dos embargos à execução fiscal.....	450
▶ Pela desnecessidade de prévia garantia do juízo.....	452
■ Garantia do juízo deve ser afastada se comprovado que o devedor não tem condições de oferecê-la	453
■ Insuficiência patrimonial deve ser comprovada inequivocamente.....	454
■ Garantia posterior da execução, se encontrados bens.....	454
■ Garantia do juízo e honorários advocatícios.....	455
▶ Oferecimento de embargos diante de garantia parcial.....	455
■ A insuficiência da penhora não autoriza a extinção dos embargos do devedor.....	456
■ Reforço da penhora não pode ser deferido de ofício.....	456
■ Executado beneficiário da justiça gratuita e garantia do juízo	456
■ Deve-se aferir a hipossuficiência do executado para garantir o juízo e, não, simplesmente, se goza do benefício da justiça gratuita	456
▶ Embargos de terceiro.....	457

■ Embargos de terceiro: legitimidade: aquele que não foi citado em nome próprio.....	457
■ Embargos de terceiro: prazo e marco inicial de contagem.....	457
■ Fungibilidade entre embargos de terceiro e embargos do devedor, <i>desde que</i> preenchidos os requisitos.....	458
■ Sócio-gerente e o redirecionamento da execução fiscal: embargos do devedor.....	458
■ Defesa do sócio <i>sem</i> poder de gerência: embargos de terceiro.....	459
▶ Terceiro e a penhora da fração ideal do bem indivisível.....	459
▶ Honorários nos embargos de terceiro.....	460
■ Súmula 303 do STJ.....	460
▶ Amplitude da cognição exercida nos embargos à execução.....	461
▶ A inadmissão de reconvenção e a questão das exceções.....	461
▶ A <i>restrição</i> à compensação: aspectos relevantes.....	462
■ É lícita a discussão a respeito da compensação no âmbito dos embargos à execução, <i>desde que</i> se trate de crédito líquido e certo e que haja lei específica autorizativa da compensação.....	462
■ É permitido ao executado, mediante embargos do devedor, opor compensação realizada, efetivada e reconhecida em processo administrativo ou judicial, com créditos objeto da execução.....	463
■ Súmula 394 do STJ.....	464
■ A empresa, quanto à parte da contribuição social devida por seus empregados, atua como agente arrecadador, não tendo legitimidade ativa para discutir o direito à compensação ou à restituição do indébito.....	464

Art. 17

▶ Impugnação aos embargos à execução.....	465
▶ Intimação da Fazenda Pública.....	465
▶ Da inaplicabilidade do prazo em dobro.....	465
▶ Regra geral de inaplicabilidade dos efeitos da revelia.....	465
■ A ausência de impugnação não faz presumir verdadeiros os fatos alegados pela parte contrária.....	466
▶ Produção de provas nos embargos à execução fiscal.....	467
▶ Prova testemunhal.....	467
▶ Prova pericial.....	467
▶ Julgamento antecipado da lide.....	468
▶ Revelia e julgamento antecipado da lide.....	468
▶ Julgamento antecipado quando há revelia da Fazenda Pública.....	468

Art. 18**Art. 19**

- ▶ Manifestação da Fazenda Pública quanto à garantia..... 469
- ▶ Desfecho do procedimento executivo 469
- Crime de descaminho: não depende da conclusão da execução fiscal, mas depende do resultado do processo administrativo 470
- ▶ Remição de bens..... 470
- ▶ Remição X remissão 470
- ▶ Remição da execução X remição de bens..... 470

Art. 20

- ▶ Execução por carta..... 472
- Na execução por carta, o juízo deprecado apenas julgará os embargos que versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação de bens..... 472
- Súmula 46 do STJ..... 473
- ▶ Execução por carta no CPC/2015 473

Art. 21**Art. 22****Art. 23**

- ▶ Alienação antecipada dos bens penhorados..... 473
- É possível a alienação antecipada mesmo quando oferecidos embargos do devedor..... 475
- ▶ Intimação pessoal do representante da Fazenda Pública e do devedor 475
- Súmula 121 do STJ..... 475
- ▶ A arrematação..... 475
- Súmula 128 do STJ..... 476
- Enunciado n.º 193 do FPPC..... 476
- ▶ Preço vil. O CPC/1973 já previa a vedação à alienação por preço vil..... 476
- É possível a alienação antecipada mesmo quando oferecidos embargos do devedor..... 477
- ▶ Leilão por iniciativa particular e leilão judicial 480

▶ Termo inicial para os embargos à arrematação	480
▣ No processo de execução, admite-se que o exequente concorra com os estranhos e arremate os bens levados à hasta pública.....	480
▶ Arrematação e débitos de natureza previdenciária.....	481
▶ Possibilidade de pagamento parcelado deve constar no edital.....	482
▶ Pagamento do leiloeiro e demais despesas indicadas no edital.....	482
▶ A arrematação prevalece sobre contrato de compra e venda não registrado na matrícula do imóvel.....	483

Art. 24

▶ Adjudicação: faculdade da Fazenda Pública.....	484
▶ Natureza jurídica da adjudicação.....	484
▶ A remição do bem prefere à arrematação e à adjudicação.....	484
▶ Adjudicação X dação em pagamento	485
▶ Adjudicação X dação em pagamento	485
▶ Vinculação ao edital: arrematação e adjudicação.....	485
▶ Adjudicação antes do primeiro leilão ou quando não houver licitante em ambos os leilões: valor de avaliação.....	487
▶ O valor da avaliação deve ser corrigido monetariamente	487
▶ “Antes do primeiro leilão”	487
▶ A exigência de preço não inferior à avaliação protege os interesses do executado	487
▶ Fazenda Nacional: adjudicação por 50% do valor da avaliação, quando não houver licitantes	488
▣ Decretada a falência, não pode haver adjudicação por metade do valor da avaliação.....	489
▶ Havendo licitantes em igualdade de condições	489
▶ Embargos à adjudicação.....	489
▶ Direito de preferência e igualdade de condições.....	490
▶ Depósito da diferença, quando a melhor oferta superar os créditos da Fazenda Pública	491

Art. 25

▶ Intimação pessoal do representante judicial da Fazenda Pública.....	491
▣ Súmula 240 do extinto TFR.....	492
▣ A intimação pessoal do representante da Fazenda Pública é exigida também quando opostos embargos de terceiro.....	492
▣ O representante judicial da Fazenda Pública deve ser intimado pessoalmente na execução fiscal e também no agravo de instrumento contra ela oposto..	492

■ Nas execuções fiscais, o representante judicial da Fazenda Pública será intimado pessoalmente, ainda que a ação tenha sido ajuizada em comarca dotada de órgão de imprensa para publicação de atos processuais	493
■ A prerrogativa de intimação pessoal se aplica também no segundo grau de jurisdição	493
■ Validade da intimação do representante da Fazenda Nacional por carta com aviso de recebimento nas comarcas do interior onde não há sede da procuradoria	493
■ A ausência de intimação pessoal enseja a nulidade do feito	494
▶ Autarquias e conselhos de fiscalização profissional.....	494
■ Súmula 644 do STF.....	494
▶ Intimação do representante judicial: carga nos autos, remessa ou meio eletrônico	495
■ A intimação da Fazenda Pública em comarca diversa daquela em que tramita o feito executivo fiscal pode ser feita por meio de carta registrada.....	495
■ Quando a intimação é feita pelo correio, o prazo tem início com a juntada do AR aos autos.....	496

Art. 26

▶ Cancelamento da inscrição de Dívida Ativa até a decisão de primeira instância.....	496
▶ Natureza jurídica e alcance do cancelamento da inscrição.....	497
■ A extinção do feito em razão do cancelamento da inscrição apenas exonera a Fazenda Pública de arcar com os ônus da sucumbência quando ocorre antes da citação do devedor.....	498
■ As verbas de sucumbência devem ser suportadas por quem deu causa ao ajuizamento da ação: princípio da causalidade.....	498
■ Princípio da causalidade	499
■ Cabimento de condenação em honorários quando o devedor faz o pagamento extrajudicial antes da citação em execução fiscal já proposta.....	499
■ Condenação em honorários quando a execução fiscal é extinta a pedido do exequente, mas a discussão de mérito permanece em outra demanda.....	501
■ Quando vencedora a Fazenda Pública, os honorários de sucumbência integram o patrimônio da entidade estatal, não constituindo direito autônomo do procurador	501
▶ Possibilidade reconhecimento jurídico da procedência do pedido por parte da Fazenda Pública, nos processos em que for ré	502
▶ Reconhecimento da procedência do pedido e dispensa de condenação em honorários.....	503
■_Súmula 153 do STJ.....	506
■ Referida regra não pode ser aplicada por analogia para as causas envolvendo a Fazenda Pública Estadual	506

■ Na aplicação da regra, não cabe ao Poder Judiciário exercer sindicabilidade sobre os fundamentos que levaram à desistência.....	507
► Atuação do advogado público.....	507
► Responsabilidade civil pelo ajuizamento de execução fiscal indevida.....	508
► Aspectos e impactos da execução fiscal: a execução fiscal em dados.....	509

Art. 27

Art. 28

► Se o executado for a Fazenda Pública, não se aplica a regra do art. 27.....	510
► Reunião de atos e de processos.....	510
■ A reunião de processos e de atos processuais é mera faculdade do juiz e não um dever.....	510
■_Súmula 515 do STJ.....	511
■ Havendo uma única decisão para os diversos feitos conexos, poderá ser interposto um único recurso, capaz de reverter a medida questionada em todos os processos.....	511
► Pressupostos para a reunião de execuções fiscais.....	512

Art. 29

► Os créditos executados antes da decretação da falência não se sujeitam ao concurso de credores quando já houver penhora no feito expropriatório.....	513
■_Súmula nº 44 do extinto TFR.....	514
► Art. 187 do CTN.....	514
■ A falência superveniente do devedor não tem o condão de paralisar o processo de execução fiscal, nem de desconstituir a penhora realizada anteriormente à quebra.....	514
■ A execução fiscal não é suspensa pelo deferimento do pedido de recuperação judicial, mas os atos de alienação promovidos sobre o patrimônio das sociedades submetem-se ao crivo do juízo universal de falência e recuperação judicial.....	515
► Não suspensão das execuções fiscais pela decretação de falência.....	515
► O Ente Público pode escolher entre o rito da execução fiscal e a habilitação do crédito no concurso de credores da falência.....	516
■ A habilitação de crédito pela Fazenda Pública segue as regras do art. 9º da Lei de Falências.....	517
► Coexistência de procedimentos é possível, desde que não haja pedido de constrição no juízo executivo.....	517

■ A constatação posterior ao ajuizamento da execução fiscal de que a pessoa jurídica executada tivera sua falência decretada antes da propositura da ação executiva não implica a extinção do processo sem resolução de mérito.....	517
■ Havendo execução fiscal concomitante à execução civil contra o mesmo devedor e pluralidade de penhoras sobre o mesmo bem, o produto da venda judicial deve satisfazer o crédito fiscal em primeiro lugar.....	518
■ Depois da Lei 14.112/2020, compete ao juízo da execução fiscal decidir sobre a prescrição intercorrente de crédito tributário que se busca habilitar perante o juízo da falência.....	519
► Depois da Lei nº 14.112/2020, é indispensável a apresentação de certidões negativas de débitos fiscais para o deferimento do pedido de recuperação judicial.....	520
■ Não compete ao juízo da recuperação judicial determinar a substituição dos atos de constrição relativos a valores em dinheiro por não constituírem bens de capital.....	521
■ Na execução fiscal, a penhora de bens de empresa em recuperação judicial não demanda prévia demonstração de que tal ato não comprometerá o plano de recuperação.....	522
■ Súmula 480 do STJ	524
■ Exceção do juízo universal.....	524
► Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público não foi recepcionado pela Constituição Federal.....	524
■ Súmula 497 do STJ	525
■ Súmula 563 do STF	525
■ O crédito fiscal não tributário não se submete aos efeitos da recuperação judicial.....	525

Art. 30

► Alcance objetivo do feito executivo fiscal.....	527
► A inalienabilidade e a impenhorabilidade decorrentes de ato voluntários são ineficazes nas execuções fiscais.....	527

Art. 31

► Da necessidade de prova de quitação da Dívida Ativa ou de concordância da Fazenda Pública para que se efetive a alienação nos processos de falência, recuperação judicial, liquidação, inventário, arrolamento ou concurso de credores.....	527
■ É possível a alienação judicial de bem da massa falida sem a prova de quitação da dívida ativa ou a concordância da Fazenda Pública, desde que realizada com a observância dos requisitos estipulados pela Lei de Falências,	

sobretudo para a quitação de crédito trabalhista, que prevalece sobre qualquer outro.....	528
► Autorização judicial na ausência de concordância da Fazenda Pública.....	528
► Concordância da Fazenda Pública sem a prévia comprovação de quitação...	528
■ Promissário comprador que pagou integralmente o preço de contrato celebrado antes do termo legal da falência deve apresentar certidão de quitação de débitos	529
■ Sucessão tributária e falência.....	529

Art. 32

► Depósitos judiciais em dinheiro	530
■ A conversão em renda do depósito em dinheiro ou o levantamento da carta de fiança que garantem a execução fiscal somente é viável após o trânsito em julgado da decisão que reconheceu a legitimidade da cobrança.....	530
► O depósito judicial do montante integral como causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	530
■ Súmula 112 do STJ.....	531
► Depósito judicial em dinheiro é direito subjetivo do contribuinte	531
► Depósito judicial e extinção do processo sem resolução do mérito.....	532
■ Transferência dos valores depositados em ação extinta sem julgamento do mérito para a nova ação.....	532
■ Prazo prescricional para a restituição de depósito judicial indevido.....	533
► Constitucionalidade da sistemática prevista na Lei nº 9.703/1998, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais	533
► Discussão a respeito da constitucionalidade da LC 151/2015, que dispõe sobre depósitos judiciais e administrativos referentes a processos nos quais o Estado, o DF ou os Municípios sejam parte.....	534
► Atualização dos valores depositados.....	535
■ Súmula 179 do STJ.....	536
■ Súmula 271 do STJ.....	536
■ Aplicação da taxa Selic como critério de correção dos depósitos referentes a tributos federais: apenas a partir da Lei nº 9.703/1998.....	536
■ Aplicação da taxa Selic como critério de correção no âmbito de processos em que o Estado ou o Município são parte.....	537
■ Incidência da Taxa SELIC, prevista no art. 3º da EC 113/2021, para a atualização de valores em qualquer discussão ou condenação da Fazenda Pública, inclusive na cobrança judicial de créditos tributários.....	537
■ A remissão de juros de mora insertos dentro da composição do crédito tributário não enseja o resgate de juros remuneratórios incidentes sobre o depósito judicial.....	538

Art. 33

- ▶ Averbação, substituição ou cancelamento do crédito no Registro da Dívida Ativa..... 538
- ▶ Hipótese e natureza da averbação, substituição ou cancelamento do crédito: atribuição imprópria do juiz, que só existe caso a decisão desfavoreça o Fisco..... 539
- ▶ Finalidade da averbação, substituição ou cancelamento do crédito..... 539

Art. 34

- ▶ Cabimento recursal nas causas de até 50 ORTNs: embargos infringentes e de declaração e recurso extraordinário..... 540
- Nas execuções fundadas em uma única CDA, composta por débitos de exercícios distintos do mesmo tributo, a determinação da alçada deverá considerar o valor total da dívida constante no título executivo, não sendo possível cindir o débito após sentenciado o feito 541
- A previsão do art. 35 não afasta o cabimento do recurso extraordinário, sob pena de violação da competência do STF para decidir a respeito de questão constitucional..... 541
- Súmula 640 do STF..... 542
- ▶ Do cabimento de agravo de instrumento nas causas de alçada..... 542
- Impossibilidade de manejo de mandado de segurança para atacar sentenças proferidas nas causas de alçada..... 542
- ▶ Recursos *ex officio* em causa de alçada..... 543
- ▶ Valor das ORTN 543
- Com a extinção da ORTN, o valor de alçada deve ser encontrado a partir da interpretação da norma que extinguiu um índice e o substituiu por outro, mantendo-se a paridade das unidades de referência..... 544
- Constitucionalidade da limitação dos recursos manejados nas execuções fiscais de até 50 ORTN..... 545
- Não cabe agravo de instrumento nas causas de alçada..... 546
- ▶ Os embargos infringentes (ou de alçada)..... 546
- ▶ Cabimento dos embargos de alçada..... 546
- ▶ Embargos de alçada: prazo não é contado em dobro, por se tratar de lei especial 547
- ▶ Custas, efeito suspensivo e recursos nos embargos de alçada 547
- Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade entre os embargos infringentes (de alçada) e apelação 548
- Embargos infringentes de alçada em outras demandas que tratam da cobrança de dívida ativa 549

► Irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias nos embargos de alçada	549
► Execução de valor irrisório: a decisão cabe à Administração Federal, não podendo o Poder Judiciário imiscuir-se nesta análise	550
► Cabimento de mandado de segurança nas causas de alçada.....	550
■ Negar ao ente público a possibilidade de executar seus créditos de pequeno valor sob o fundamento da falta de interesse econômico viola o direito de acesso à justiça.....	551
■ Súmula 452 do STJ.....	551
■ As leis que consideram o valor da dívida de pequeno valor, para efeito de dispensar o ajuizamento do respectivo executivo fiscal, não têm aplicação para as execuções fiscais ajuizadas antes da sua edição, segundo diretriz da Teoria dos Atos Processuais Isolados	551

Art. 35

► Revisor nas apelações.....	552
------------------------------	-----

Art. 36

Art. 37

Art. 38

► Outros meios de discussão da dívida: mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida.....	553
► Ação anulatória ou ação declaratória negativa: a ação anulatória nada mais é do que ação declaratória negativa.....	553
► Desnecessidade de depósito prévio para a propositura da ação anulatória...	554
■ Efeito suspensivo na ação anulatória: depósito integral ou concessão de tutela antecipada.....	555
■ A execução fiscal em curso não obsta a propositura de ação anulatória.....	555
■ A suspensão da exigibilidade do crédito em ação anulatória obsta a propositura de futura execução fiscal.....	556
■ Se, no entanto, o depósito na anulatória for posterior ao ajuizamento da execução fiscal, o feito deve apenas ser suspenso	556
■ Súmula nº 112 do STJ	556
► Prazo prescricional para a propositura de ação anulatória.....	556

■ O prazo prescricional para que o Fisco cobre o débito dos contribuintes começa a fluir do trânsito em julgado da anulação ou da reforma de decisão favorável ao contribuinte	558
■ A suspensão de exigibilidade do crédito em razão da antecipação dos efeitos da tutela no juízo cível suspende a prescrição da pretensão punitiva no crime de apropriação indébita previdenciária	558
■ A pendência de ação anulatória não implica, necessariamente, em suspensão do processo na ação penal que verse sobre o crime de sonegação fiscal.....	559
▶ Fiança bancária e suspensão da exigibilidade do crédito tributário antes do ajuizamento da execução fiscal.....	559
▶ Mandado de segurança: cabimento	560
▶ Mandado de segurança: origem e importância.....	560
▶ Mandado de segurança e suspensão de exigibilidade do crédito tributário...	561
■ Revogada a liminar, volta a correr o prazo prescricional.....	561
■ Súmula 405 do STF.....	561
■ Excepcionalmente, a revogação da liminar pode produzir efeitos <i>ex nunc</i>	562
■ Mandado de segurança e compensação: cabimento, desde que haja prova pré-constituída.....	562
■ Súmula 213 do STJ.....	563
■ Súmula 460 do STJ.....	563
▶ Momento de impetração do <i>mandamus</i>	563
▶ Mandado de segurança: prazo.....	563
■ Súmula 632 do STF.....	563
■ O termo inicial do mandado de segurança pressupõe a ciência do impetrante do ato	563
■ Já se admitiu a relativização do prazo de 120 dias em prol da segurança jurídica	563
▶ Mandado de segurança. Intervenção de terceiros.....	564
■ Intervenção do <i>amicus curiae</i> no mandado de segurança.....	565
■ A inexistência de condenação em honorários sucumbenciais do mandado de segurança se estende também para a fase recursal.....	565
■ Não cabe sucessão processual no mandado de segurança.....	565
■ Inaplicabilidade da teoria da causa madura ao recurso ordinário em mandado de segurança.....	565
▶ Equívoco na indicação da autoridade coatora	566
■ Teoria da encampação: requisitos.....	567
▶ Mandado de segurança: sustentação oral	567
▶ Exceção de pré-executividade.....	567
▶ Exceção de pré-executividade. Origem histórica	568
▶ Exceção de pré-executividade. Cabimento	568

► Na verdade, o que tem servido de critério para admitir a exceção ou exceção de pré-executividade é a verificação da necessidade ou não de prova pré-constituída.....	568
■ É possível a alegação de ilegitimidade da parte na exceção de pré-executividade, <i>desde que</i> haja prova pré-constituída.....	569
■ O juiz pode determinar a complementação das provas, desde que elas sejam preexistentes	570
■ A inconstitucionalidade do tributo pode ser alegada no bojo da exceção de pré-executividade.....	571
■_Súmula 393 do STJ.....	571
► Exceção de pré-executividade. Custas e garantia do juízo	571
► Exceção de pré-executividade. Prazo	571
■ Não há prazo final para a oposição de exceção de pré-executividade, ressalvados os casos de preclusão.....	572
► Exceção de pré-executividade. Efeito suspensivo.....	573
► Exceção de pré-executividade. Recurso cabível e condenação em honorários advocatícios dependerão do resultado da decisão	574
■ Se a decisão que acolhe exceção de pré-executividade põe fim à execução, o recurso cabível é a apelação, não se aplicando o princípio da fungibilidade recursal. Se a decisão prossegue quanto uma das partes, cabe agravo de instrumento	574
■ O acolhimento da execução implica em condenação da Fazenda Pública, ao passo que, sua rejeição implica apenas no prosseguimento da execução, sem condenação do executado em honorários	574
■ A extinção parcial da exceção enseja condenação em honorários.....	575
■ Nos casos em que a exceção de pré-executividade visar apenas à exclusão do sócio do polo passivo, os honorários deverão ser fixados por apreciação equitativa, por não ser possível estimar o proveito econômico obtido.....	576
► A fixação dos honorários por apreciação equitativa não é permitida quando os valores da condenação, da causa ou o proveito econômico da demanda forem elevados, sendo obrigatória a observância do § 2º e § 3º do art. 85 do CPC	581
■ Jurisprudência em Teses (ed. 52) – Tese 5.....	582
► Exceção de pré-executividade. Remessa necessária.....	582
► Possibilidade de apresentação de exceção de pré-executividade após rejeição dos embargos à execução: divergência entre as turmas do STJ.....	583
■ Renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa: constitucionalidade do dispositivo.....	585

Art. 39

► Custas, emolumentos e despesas em sentido estrito.....	586
--	-----

► Natureza jurídica das custas e emolumentos: taxa	586
► O pagamento de custas e emolumentos pela Fazenda Pública.....	587
► Honorários de perito, assistente técnico e outras despesas em sentido estrito	587
■ Dever de ressarcir as despesas adiantadas pelo particular, caso a Fazenda Pública reste vencida.....	588
■ Emolumentos cartorários.....	590
■ A esfera em que tramita a execução fiscal é irrelevante para determinar a aplicação do dispositivo	590
■ Não há dispensa quanto pagamento antecipado das despesas com o transporte dos oficiais de justiça ou peritos judiciais.....	590
■ Súmula 178 do STJ.....	591
■ Súmula 190 do STJ.....	591
■ Súmula 232 do STJ.....	591
■ Súmula 462 do STJ.....	591
■ Súmula 483 do STJ.....	591
■ É inconstitucional lei estadual que obriga a Fazenda Pública a antecipar o pagamento das despesas de diligência dos oficiais de justiça.....	591
■ A isenção do art. 39 abrange despesas com citação postal, mas, não com deslocamento de oficiais de justiça	592

Art. 40

► Constitucionalidade do art. 40: desnecessidade de edição de lei complementar	592
► Suspensão da execução quando não localizado o devedor, nem encontrados bens passíveis de constrição	593
► A suspensão apenas ocorrerá se, além de não localizado o devedor, não forem encontrados bens penhoráveis.....	594
► Alteração legislativa e prescritibilidade da dívida ativa	594
► O arquivamento dos autos não acarreta a extinção do feito executivo	595
► Prescrição intercorrente	596
■ É dispensável a intimação da Fazenda Pública do arquivamento da execução, quando decorrente da suspensão por ela mesmo requerida.....	597
► O decreto de prescrição intercorrente feito sem prévia oitiva da Fazenda Pública pode ser convalidado, se o ente não demonstrar em seu recurso efetivo prejuízo suportado.....	598
► O reconhecimento da prescrição ocorrida antes da propositura e a necessidade de prévia oitiva da Fazenda Pública: mudança de paradigma.....	599
■ Súmula nº 409 do STJ.....	600

■ A resistência do exequente ao reconhecimento de prescrição intercorrente não é capaz de afastar o princípio da causalidade na fixação dos ônus sucumbenciais, mesmo após a extinção da execução pela prescrição	600
■ No que tange aos crimes contra a ordem tributária previstos nos incisos I a IV da Lei nº 8.137/90, a prescrição do crédito tributário em execução fiscal, qualquer que seja sua modalidade, não justifica o trancamento da ação penal correspondente	601
■ A garantia do crédito na execução fiscal não configura hipótese de extinção da punibilidade ou de suspensão do processo por crime tributário.....	602
■ Na apropriação indébita previdenciária, o pagamento do débito, a qualquer tempo, ainda que após o trânsito em julgado da condenação, é causa de extinção da punibilidade do agente.....	603
■ O dolo de não recolher o tributo, de maneira genérica, não é suficiente para preencher o tipo subjetivo do crime de sonegação fiscal (art. 2º, II, da Lei 8.137/90)	604
■ Súmula 658 do STJ.....	604
► O crime de apropriação indébita tributária pode ocorrer em operações próprias	604
■ A caracterização do crime depende da demonstração do dolo de apropriação, que pode ser caracterizado quando o contribuinte deixa de recolher o tributo de forma contumaz.....	605
■ Aplicação do princípio da insignificância aos crimes contra a ordem tributária. Critério definido pelo Ministério da Fazenda	606
■ O parâmetro vale, a princípio, apenas para os crimes que se relacionam a tributos federais	607
■ O parâmetro não pode ser aplicado para crimes tributários estaduais, devendo ser observada a lei estadual e a autonomia do ente	608
► Aplicação retroativa de ato normativo que aumenta o valor mínimo para ajuizamento de execução fiscal, reconhecendo a insignificância de crimes tributários estaduais cometidos antes da sua vigência.....	609
■ Crime de contrabando e o princípio da insignificância.....	610
■ Aplicação do princípio da insignificância aos crimes de descaminho.....	611
► Créditos tributários. Termo inicial do interregno preclusivo: data em que se encerra o período de um ano de suspensão do processo.....	612
■ Sistemática para a contagem da prescrição intercorrente.....	613
■_Súmula 314 do STJ.....	615
■ A prescrição intercorrente pode ser decretada até mesmo em execuções fiscais iniciadas anteriormente à edição da Lei nº 11.051/04, que a instituiu no âmbito da LEF	615
■ Interrupção do prazo da prescrição intercorrente: basta que os resultados das diligências sejam positivos, independente da modalidade de constrição	615
■ Prescrição intercorrente na legislação processual civil	616

■ Incide prescrição intercorrente no âmbito de processo administrativo para apuração de infrações aduaneiras, de natureza não tributária	617
■ Multas aplicadas em sentença condenatória: prescrição intercorrente segue o CP, embora se apliquem as causas suspensivas do CTN.....	617
■ A verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado na via do Recurso Especial.....	618
■ Não há honorários advocatícios na execução fiscal extinta por prescrição intercorrente. Tema repetitivo 1229. Questão submetida a julgamento.....	618
▶ Dispensa de prévia oitiva da Fazenda Pública para o arquivamento das execuções de valor inferior ao mínimo fixado pelo Ministério da Fazenda.....	619
▶ Inaplicabilidade da regra às execuções fiscais dos demais entes federados ...	620
■ No âmbito federal, a execução fiscal de valor igual ou inferior a vinte mil reais deve ter seus autos arquivados, sendo reativada se os valores ultrapassarem esse limite	620
■ Execuções de créditos das autarquias federais. Inaplicabilidade da regra.....	621
▶ Conselhos de fiscalização profissional. Inaplicabilidade da regra.....	621
■ Súmula 583 do STJ.....	622

Art. 41

▶ Dever de manutenção do processo administrativo na repartição competente. Garantia de ampla defesa	622
▶ Juntada do processo administrativo: desnecessidade.....	623
■ Excepcionalidade da requisição de cópias do processo administrativo pelo magistrado. Exigência de impedimento comprovado do acesso.....	623

Art. 42

▶ Período de vacância	624
▶ “Revogadas as disposições em contrário”	625